

MOVIMENTO “O SUS NAS RUAS” NA BAHIA NO CONTROLE SOCIAL NA PANDEMIA DA COVID 19: interface da educação popular com as práticas integrativas e complementares em saúde.

Estado: Bahia -Município: Salvador

Situação atual: Estágio inicial de execução.

Vinculação da Experiência: Conselho Municipal de Saúde

Parceria com outra instituição: Sim

Instituição: Entidade da sociedade Civil|Outro|Outro órgão do Executivo|Universidade /
Instituição de ensino

Autor:

Local: Conselho Municipal de Saúde

Eixo 3 - Parcerias dos Conselhos de Saúde com cursos de graduação da área da saúde, Universidades e Instituições de Ensino Superior promovendo a integração do ensino com a participação social

Contextualização

A Organização Mundial da Saúde (OMS) em 12 de março de 2020, declarou como pandemia a doença causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2) 1. A infecção denominada Corona Vírus Disease (COVID-19) além de ser mais transmissível, tem letalidade estimada em cerca de 14 vezes a da influenza 2 e possui alto índice de contágio com cada indivíduo infectando de 2 a 3 pessoas, em média, causa a expansão da epidemia em progressão geométrica. Foram estabelecidas medidas sanitárias de prevenção e controle, como a adoção do distanciamento social, evitar aglomeração, isolamento respiratório com o uso máscaras, específicas de contágio respiratório, lavagem frequente das mãos e quando não for possível utilização de álcool gel. têm sido as principais estratégias preconizadas para retardar a expansão da COVID-19 e permitir a adequação

dos sistemas de saúde ao rápido aumento da demanda por leitos de internação, especialmente aqueles de terapia intensiva, evitando o colapso da assistência hospitalar.

O boletim epidemiológico registrou a partir dos dados consolidados pelo Johns Hopkins University (JHU), em 21 de setembro de 2020 ocorreram o total de óbitos no mundo 966.776, no Brasil 137.272 e na Bahia 6.359. No Brasil, onde a transmissão comunitária em todo o território nacional foi declarada em 20 de março de 2020, mais de 147 mil casos e 10 mil mortes pela COVID-19 haviam sido confirmados até 9 de maio de 2020 4. O sofrimento e as mortes trazidas pela pandemia alcançaram números assustadores. Os impactos sociais, econômicos, políticos e culturais exacerbados pela pandemia, se agravaram diante da omissão do Estado neoliberal na garantia da proteção social aos cidadãos. O reflexo disso está nos cortes do financiamento público com a PEC do teto dos gastos, a não distribuição da renda mínima para as camadas mais vulneráveis, ausência de incentivos as universidades públicas para as pesquisas e produção de vacinas. O desemprego aumentou, muitas famílias perderam os entes queridos, mergulhados em dor e sofrimento, foram privados de participar dos ritos funerários do velório e sepultamento, também em cumprimento das medidas sanitárias vigentes.

Os(as) trabalhadores(as) de saúde, no âmbito da atenção primária, secundária e terciária ficaram expostos a riscos de contaminação e são obrigados(as) a utilizar os equipamentos de proteção individual (EPI). Acrescenta ainda a insegurança e o medo do contágio dos que estão vivenciando o enfrentamento da pandemia na linha de frente. Expostos a contaminação consolidado os dados com números de casos confirmados por profissionais de saúde por COVID-19, na Bahia, em 2020: 7998 auxiliares/ téc. de enfermagem, 4.703 enfermeiros, 2003 médicos, 1322 agentes comunitários de saúde, 762 fisioterapeutas, 518 agentes de combate a endemias, 445 dentistas, 389 farmacêuticos, 377 nutricionistas, 371 assistente social, 311 psicólogos, 91 biomédicos, 58 fonoaudiólogos, 02 bioquímico, sendo o total da população de 25.279 dos quais 73 Profissionais de Saúde de Etnia Indígena (BOLETIM EPIDEMIOLOGICO, 2020)

Nesse contexto de problematização da realidade vivenciada que o Movimento “O SUS nas Ruas” emergiu para pensar, construir e compartilhar estratégias de pautas na defesa da vida, no cenário pandêmico. Surgiu na Paraíba a partir dos depoimentos três agentes comunitários, que em uma “live” estavam falando da pandemia e uma delas, disse

que estava sem função definida, sem equipamentos de proteção individual, desconhecia a doença, não teve nenhuma informação, mas o SUS está nas ruas. Descreveram como estavam tendo as iniciativas para poder atender a população adscrita delas, em torno de 700 pessoas, no contexto da pandemia. A experiência dessas três agentes foi levada para discussão no âmbito nacional e o movimento nasceu, cresceu e mostra o potencial de um SUS que prioriza a participação comunitária, a integralidade, a universalidade, a equidade e a educação popular.

A problemática vivenciada no depoimento das agentes comunitárias mostra o retrocesso que vem ocorrendo nos últimos anos em relação a valorização dos(as) Agentes Comunitárias de Saúde (ACS), dos(as) Agentes de Combate as Endemias (ACE) dos(as) Agentes Indígenas de Saúde (AIS). A extrema insegurança dos(as) trabalhadores(as) do SUS e também da população em relação a pandemia da COVID 19 estão abrindo espaços de relação educativa que não eram antes vistos. Nesse sentido a ANEPS - Articulação Nacional dos Movimentos e Práticas de Educação Popular e Saúde, o MOPS – Movimento Popular de Saúde, a RedePop - Rede de Educação Popular e Saúde e a RedePICS - Rede de Práticas Integrativas e Complementares, a partir da experiência do “Movimento de Mobilização Comunitária e Apoio Social no Enfrentamento do Coronavírus na Paraíba” organizado pelo Comitê Estadual de Educação Popular em Saúde, estão tomando a frente para a organização do Movimento “O SUS nas Ruas (EYMARD, 2020).

O Movimento SUS nas Ruas articula trabalhadores da saúde, organizações da sociedade civil, pesquisadores, gestores, estudantes e professores que acreditam na importância da ação comunitária no enfrentamento dessa pandemia, por acreditar que a teoria e a metodologia da educação popular, que valoriza as iniciativas já existentes, os saberes dos agentes, o protagonismo dos grupos locais, a construção compartilhada de soluções e o diálogo respeitoso entre o saber científico e o saber popular e dos trabalhadores, é uma referência fundamental para essas ações educativas. Reconhece que os(as)Agentes Comunitárias de Saúde (ACS), os(as) Agentes de Combate as Endemias (ACE), os(as) Agentes Indígenas de Saúde (AIS) são trabalhadores(as) do SUS que tem uma participação fundamental no controle social e estão presentes em cada recanto da nação (EYMARD, 2020).

A referência fundamental da educação popular proposta por Paulo Freire adotada pelo Movimento SUS nas Ruas é também uma política nacional de educação popular em

saúde instituída pelo Ministério da Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) pela portaria nº 2.761, de 19 de novembro de 2013 (PNEPS-SUS). No Art. 2º reafirma o compromisso com a universalidade, a equidade, a integralidade e a efetiva participação popular no SUS, e propõe uma prática político-pedagógica que perpassa as ações voltadas para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a partir do diálogo entre a diversidade de saberes, valorizando os saberes populares, a ancestralidade, o incentivo à produção individual e coletiva de conhecimentos e a inserção destes no SUS. No Art. 4º estabelece como os eixos estratégicos da PNEPS-SUS: I - participação, controle social e gestão participativa; II - formação, comunicação e produção de conhecimento; III - cuidado em saúde; e IV - intersetorialidade e diálogos multiculturais. como fundamental nos três eixos da PNEPS-SUS.

O movimento SUS nas RUAS mostra o potencial de um SUS que prioriza a participação comunitária, a integralidade, a universalidade, a equidade e a educação popular.

O movimento SUS nas RUAS mostra o potencial de um SUS que prioriza a participação comunitária, a integralidade, a universalidade, a equidade e a educação popular. Na Bahia esse movimento ganha força a partir das vivências dos educadores populares que foram formados(as) nas turmas de 2017 e 2018 que se questionaram: Quais as estratégias não presenciais formuladas pelos grupos populares de participação e controle social no processo educação popular em saúde e das ações de cuidar de si para cuidar do outro no contexto da pandemia da COVID 19? Foram estabelecidas parcerias com o Conselho Municipal de Ibipitanga e Poções; com a Confederação dos Trabalhadores (CONTAG); a Universidade Federal da Bahia (UFBA); Articulação Nacional dos Movimentos e Práticas de Educação Popular e Saúde (ANEPS); a Associação Baiana das Pessoas com Anemia Falciforme (ABADFAL). Movimento Popular de Saúde do Estado de Sergipe; Conselho Nacional de Saúde (Pastoral da Pessoa Idosa- José Araújo da Silva).

As experiências estão descritas de forma detalhadas nesse relato.

Justificativa

O principal problema que motivou a elaboração do projeto de inovação tecnológica em saúde foi o contexto da pandemia pela COVID 19 que atingiu o mundo

inteiro a partir de março de 2020 e tem se constituído como desafios sanitários em escala global deste século, sem precedentes nos tempos modernos, considerando o pouco conhecimento científico sobre o novo coronavírus. O insuficiente conhecimento científico sobre o novo coronavírus, sua alta velocidade de disseminação e capacidade de provocar mortes em populações vulneráveis, geram incertezas sobre quais seriam as melhores estratégias a serem utilizadas para o enfrentamento da epidemia em diferentes partes do mundo. (WERNECK, CARVALHO 2020).

O novo coronavírus impôs a todos a necessidade de realizar mudanças radicais para conter a transmissão do vírus, proteger a população e defender a vida. No Brasil, os desafios são ainda maiores, pois pouco se sabe sobre as características de transmissão da COVID-19 num contexto de grande desigualdade social, com populações vivendo em condições precárias de habitação e saneamento, sem acesso sistemático à água e em situação de aglomeração (WERNECK, CARVALHO 2020). Os impactos sociais, econômicos, políticos e culturais foram exacerbados pela pandemia, se agravaram diante da omissão do Estado neoliberal na garantia da proteção social aos cidadãos. No vazio do descaso do Estado com os problemas populares, vão-se configurando iniciativas de busca de soluções técnicas construídas a partir do diálogo entre o saber popular e o saber acadêmico (BRASIL, 2007). A exacerbação desses impactos provocados pela pandemia está relacionada as medidas sanitárias severas que são necessárias para conter o novo coronavírus como distanciamento social, lockdown, restrição de viagens e fechamento provisório de escolas, instituições de ensino superior (IES) e comércios. Muito preocupante são os impactos negativos na economia provocando instabilidade no sistema financeiro e aumentando o número de desempregos.

A crise sanitária sem precedentes impacta fortemente na educação de um modo geral nas instituições de ensino. Mais de 1,3 bilhão de alunos estão sendo afetados com o fechamento de escolas e universidades (80% da população infantil mundial) e mais de 60 milhões de docentes não podem trabalhar presencialmente em salas de aula (UNESCO, 2021). Uma nova forma de ensino é necessária desenvolver para a implantação e inovação em metodologias de aprendizagem virtual. Alguns obstáculos se apresentam: o lento desenvolvimento e ampliação do ensino digital, ausência de regulamentação para garantir a conformidade desse ensino e a falta de formação, capacitação e interesse de alguns docentes e discentes com o novo modelo. Apesar dos obstáculos eles precisam ser superados, pois a educação é uma ferramenta essencial para vencer a crise em todos os

seus aspectos provocados pela pandemia seja a crise sanitária, a econômica, a social, a cultural.sa crise (SOUZA NETO, 2021).

O movimento SUS nas RUAS Liderados pela ANEPES impulsiona os educadores populares formados em 2017 e 2018 no Estado da Bahia ao aprimoramento constante dos projetos pedagógicos e a infraestrutura adequada para que os alunos sejam protagonistas de seu próprio aprendizado e desenvolvimento. Convida os conselhos municipais, sindicatos, universidade a estabelecer as parcerias que deram início em dezembro de 2020 as experiências de inovação tecnológica em educação e saúde relatadas nesse trabalho com o título MOVIMENTO “O SUS NAS RUAS” NA BAHIA NO CONTROLE SOCIAL NA PANDEMIA DA COVID 19. Juntos propõem metodologias ativas de ensino não presenciais fundamentado no educador Paulo Freire. Os princípios político-pedagógicos da Educação Popular são tomados como ferramentas de agenciamento para participação em defesa da vida e como estratégias para a mobilização social pelo direito à saúde. O papel agenciador da Educação Popular se faz pelo pinçar e fomentar atitudes de participação no sentido de sempre mudar realidades, tornando-as vivas, criativas e correspondentes ao desejo de uma vida mais feliz. A Educação Popular em Saúde, ao mobilizar autonomias individuais e coletivas, abre a alteridade entre indivíduos e movimentos na luta por direitos, contribuindo para a ampliação do significado dos direitos de cidadania e instituindo o crescimento e a mudança na vida cotidiana das pessoas (BRASIL 2007).

O principal problema que motivou a elaboração do projeto de inovação tecnológica em saúde foi o contexto da pandemia pela COVID 19 que atingiu o mundo inteiro a partir de março de 2020 e tem se constituído como desafios sanitários em escala global deste século, sem precedentes nos tempos modernos, considerando o pouco conhecimento científico sobre o novo coronavírus O insuficiente conhecimento científico sobre o novo coronavírus, sua alta velocidade de disseminação e capacidade de provocar mortes em populações vulneráveis, geram incertezas sobre quais seriam as melhores estratégias a serem utilizadas para o enfrentamento da epidemia em diferentes partes do mundo. (WERNECK, CARVALHO 2020).

O novo coronavírus impôs a todos a necessidade de realizar mudanças radicais para conter a transmissão do vírus, proteger a população e defender a vida. No Brasil, os desafios são ainda maiores, pois pouco se sabe sobre as características de transmissão da COVID-19 num contexto de grande desigualdade social, com populações vivendo em

condições precárias de habitação e saneamento, sem acesso sistemático à água e em situação de aglomeração (WERNECK, CARVALHO 2020). Os impactos sociais, econômicos, políticos e culturais foram exacerbados pela pandemia, se agravaram diante da omissão do Estado neoliberal na garantia da proteção social aos cidadãos. No vazio do descaso do Estado com os problemas populares, vão-se configurando iniciativas de busca de soluções técnicas construídas a partir do diálogo entre o saber popular e o saber acadêmico (BRASIL, 2007). A exacerbação desses impactos provocados pela pandemia está relacionada as medidas sanitárias severas que são necessárias para conter o novo coronavírus como distanciamento social, lockdown, restrição de viagens e fechamento provisório de escolas, instituições de ensino superior (IES) e comércios. Muito preocupante são os impactos negativos na economia provocando instabilidade no sistema financeiro e aumentando o número de desempregos.

A crise sanitária sem precedentes impacta fortemente na educação de um modo geral nas instituições de ensino. Mais de 1,3 bilhão de alunos estão sendo afetados com o fechamento de escolas e universidades (80% da população infantil mundial) e mais de 60 milhões de docentes não podem trabalhar presencialmente em salas de aula (UNESCO, 2021). Uma nova forma de ensino é necessária desenvolver para a implantação e inovação em metodologias de aprendizagem virtual. Alguns obstáculos se apresentam: o lento desenvolvimento e ampliação do ensino digital, ausência de regulamentação para garantir a conformidade desse ensino e a falta de formação, capacitação e interesse de alguns docentes e discentes com o novo modelo. Apesar dos obstáculos eles precisam ser superados, pois a educação é uma ferramenta essencial para vencer a crise em todos os seus aspectos provocados pela pandemia seja a crise sanitária, a econômica, a social, a cultural.sa crise (SOUZA NETO, 2021).

O movimento SUS nas RUAS Liderados pela ANEPES impulsiona os educadores populares formados em 2017 e 2018 no Estado da Bahia ao aprimoramento constante dos projetos pedagógicos e a infraestrutura adequada para que os alunos sejam protagonistas de seu próprio aprendizado e desenvolvimento. Convida os conselhos municipais, sindicatos, universidade a estabelecer as parcerias que deram início em dezembro de 2020 as experiências de inovação tecnológica em educação e saúde relatadas nesse trabalho com o título MOVIMENTO “O SUS NAS RUAS” NA BAHIA NO CONTROLE SOCIAL NA PANDEMIA DA COVID 19. Juntos propõem metodologias ativas de ensino não presenciais fundamentado no educador Paulo Freire. Os princípios político-

pedagógicos da Educação Popular são tomados como ferramentas de agenciamento para participação em defesa da vida e como estratégias para a mobilização social pelo direito à saúde. O papel agenciador da Educação Popular se faz pelo pinçar e fomentar atitudes de participação no sentido de sempre mudar realidades, tornando-as vivas, criativas e correspondentes ao desejo de uma vida mais feliz. A Educação Popular em Saúde, ao mobilizar autonomias individuais e coletivas, abre a alteridade entre indivíduos e movimentos na luta por direitos, contribuindo para a ampliação do significado dos direitos de cidadania e instituindo o crescimento e a mudança na vida cotidiana das pessoas (BRASIL 2007).

O principal problema que motivou a elaboração do projeto de inovação tecnológica em saúde foi o contexto da pandemia pela COVID 19 que atingiu o mundo inteiro a partir de março de 2020 e tem se constituído como desafios sanitários em escala global deste século, sem precedentes nos tempos modernos, considerando o pouco conhecimento científico sobre o novo coronavírus. O insuficiente conhecimento científico sobre o novo coronavírus, sua alta velocidade de disseminação e capacidade de provocar mortes em populações vulneráveis, geram incertezas sobre quais seriam as melhores estratégias a serem utilizadas para o enfrentamento da epidemia em diferentes partes do mundo. (WERNECK, CARVALHO 2020).

O novo coronavírus impôs a todos a necessidade de realizar mudanças radicais para conter a transmissão do vírus, proteger a população e defender a vida. No Brasil, os desafios são ainda maiores, pois pouco se sabe sobre as características de transmissão da COVID-19 num contexto de grande desigualdade social, com populações vivendo em condições precárias de habitação e saneamento, sem acesso sistemático à água e em situação de aglomeração (WERNECK, CARVALHO 2020). Os impactos sociais, econômicos, políticos e culturais foram exacerbados pela pandemia, se agravaram diante da omissão do Estado neoliberal na garantia da proteção social aos cidadãos. No vazio do descaso do Estado com os problemas populares, vão-se configurando iniciativas de busca de soluções técnicas construídas a partir do diálogo entre o saber popular e o saber acadêmico (BRASIL, 2007). A exacerbação desses impactos provocados pela pandemia está relacionada as medidas sanitárias severas que são necessárias para conter o novo coronavírus como distanciamento social, lockdown, restrição de viagens e fechamento provisório de escolas, instituições de ensino superior (IES) e comércios. Muito

preocupante são os impactos negativos na economia provocando instabilidade no sistema financeiro e aumentando o número de desempregos.

A crise sanitária sem precedentes impacta fortemente na educação de um modo geral nas instituições de ensino. Mais de 1,3 bilhão de alunos estão sendo afetados com o fechamento de escolas e universidades (80% da população infantil mundial) e mais de 60 milhões de docentes não podem trabalhar presencialmente em salas de aula (UNESCO, 2021). Uma nova forma de ensino é necessária desenvolver para a implantação e inovação em metodologias de aprendizagem virtual. Alguns obstáculos se apresentam: o lento desenvolvimento e ampliação do ensino digital, ausência de regulamentação para garantir a conformidade desse ensino e a falta de formação, capacitação e interesse de alguns docentes e discentes com o novo modelo. Apesar dos obstáculos eles precisam ser superados, pois a educação é uma ferramenta essencial para vencer a crise em todos os seus aspectos provocados pela pandemia seja a crise sanitária, a econômica, a social, a cultural.sa crise (SOUZA NETO, 2021).

O movimento SUS nas RUAS Liderados pela ANEPES impulsiona os educadores populares formados em 2017 e 2018 no Estado da Bahia ao aprimoramento constante dos projetos pedagógicos e a infraestrutura adequada para que os alunos sejam protagonistas de seu próprio aprendizado e desenvolvimento. Convida os conselhos municipais, sindicatos, universidade a estabelecer as parcerias que deram início em dezembro de 2020 as experiências de inovação tecnológica em educação e saúde relatadas nesse trabalho com o título MOVIMENTO “O SUS NAS RUAS” NA BAHIA NO CONTROLE SOCIAL NA PANDEMIA DA COVID 19. Juntos propõem metodologias ativas de ensino não presenciais fundamentado no educador Paulo Freire. Os princípios político-pedagógicos da Educação Popular são tomados como ferramentas de agenciamento para participação em defesa da vida e como estratégias para a mobilização social pelo direito à saúde. O papel agenciador da Educação Popular se faz pelo pinçar e fomentar atitudes de participação no sentido de sempre mudar realidades, tornando-as vivas, criativas e correspondentes ao desejo de uma vida mais feliz. A Educação Popular em Saúde, ao mobilizar autonomias individuais e coletivas, abre a alteridade entre indivíduos e movimentos na luta por direitos, contribuindo para a ampliação do significado dos direitos de cidadania e instituindo o crescimento e a mudança na vida cotidiana das pessoas (BRASIL 2007).

O principal problema que motivou a elaboração do projeto de inovação tecnológica em saúde foi o contexto da pandemia pela COVID 19 que atingiu o mundo inteiro a partir de março de 2020 e tem se constituído como desafios sanitários em escala global deste século, sem precedentes nos tempos modernos, considerando o pouco conhecimento científico sobre o novo coronavírus. O insuficiente conhecimento científico sobre o novo coronavírus, sua alta velocidade de disseminação e capacidade de provocar mortes em populações vulneráveis, geram incertezas sobre quais seriam as melhores estratégias a serem utilizadas para o enfrentamento da epidemia em diferentes partes do mundo. (WERNECK, CARVALHO 2020).

O novo coronavírus impôs a todos a necessidade de realizar mudanças radicais para conter a transmissão do vírus, proteger a população e defender a vida. No Brasil, os desafios são ainda maiores, pois pouco se sabe sobre as características de transmissão da COVID-19 num contexto de grande desigualdade social, com populações vivendo em condições precárias de habitação e saneamento, sem acesso sistemático à água e em situação de aglomeração (WERNECK, CARVALHO 2020). Os impactos sociais, econômicos, políticos e culturais foram exacerbados pela pandemia, se agravaram diante da omissão do Estado neoliberal na garantia da proteção social aos cidadãos. No vazio do descaso do Estado com os problemas populares, vão-se configurando iniciativas de busca de soluções técnicas construídas a partir do diálogo entre o saber popular e o saber acadêmico (BRASIL, 2007). A exacerbação desses impactos provocados pela pandemia está relacionada as medidas sanitárias severas que são necessárias para conter o novo coronavírus como distanciamento social, lockdown, restrição de viagens e fechamento provisório de escolas, instituições de ensino superior (IES) e comércios. Muito preocupante são os impactos negativos na economia provocando instabilidade no sistema financeiro e aumentando o número de desempregos.

A crise sanitária sem precedentes impacta fortemente na educação de um modo geral nas instituições de ensino. Mais de 1,3 bilhão de alunos estão sendo afetados com o fechamento de escolas e universidades (80% da população infantil mundial) e mais de 60 milhões de docentes não podem trabalhar presencialmente em salas de aula (UNESCO, 2021). Uma nova forma de ensino é necessária desenvolver para a implantação e inovação em metodologias de aprendizagem virtual. Alguns obstáculos se apresentam: o lento desenvolvimento e ampliação do ensino digital, ausência de regulamentação para garantir a conformidade desse ensino e a falta de formação, capacitação e interesse de alguns

docentes e discentes com o novo modelo. Apesar dos obstáculos eles precisam ser superados, pois a educação é uma ferramenta essencial para vencer a crise em todos os seus aspectos provocados pela pandemia seja a crise sanitária, a econômica, a social, a cultural. a crise (SOUZA NETO, 2021).

O movimento SUS nas RUAS Liderados pela ANEPES impulsiona os educadores populares formados em 2017 e 2018 no Estado da Bahia ao aprimoramento constante dos projetos pedagógicos e a infraestrutura adequada para que os alunos sejam protagonistas de seu próprio aprendizado e desenvolvimento. Convida os conselhos municipais, sindicatos, universidade a estabelecer as parcerias que deram início em dezembro de 2020 as experiências de inovação tecnológica em educação e saúde relatadas nesse trabalho com o título MOVIMENTO “O SUS NAS RUAS” NA BAHIA NO CONTROLE SOCIAL NA PANDEMIA DA COVID 19. Juntos propõem metodologias ativas de ensino não presenciais fundamentado no educador Paulo Freire. Os princípios político-pedagógicos da Educação Popular são tomados como ferramentas de agenciamento para participação em defesa da vida e como estratégias para a mobilização social pelo direito à saúde. O papel agenciador da Educação Popular se faz pelo pinçar e fomentar atitudes de participação no sentido de sempre mudar realidades, tornando-as vivas, criativas e correspondentes ao desejo de uma vida mais feliz. A Educação Popular em Saúde, ao mobilizar autonomias individuais e coletivas, abre a alteridade entre indivíduos e movimentos na luta por direitos, contribuindo para a ampliação do significado dos direitos de cidadania e instituindo o crescimento e a mudança na vida cotidiana das pessoas (BRASIL 2007).

O principal problema que motivou a elaboração do projeto de inovação tecnológica em saúde foi o contexto da pandemia pela COVID 19 que atingiu o mundo inteiro a partir de março de 2020 e tem se constituído como desafios sanitários em escala global deste século, sem precedentes nos tempos modernos, considerando o pouco conhecimento científico sobre o novo coronavírus O insuficiente conhecimento científico sobre o novo coronavírus, sua alta velocidade de disseminação e capacidade de provocar mortes em populações vulneráveis, geram incertezas sobre quais seriam as melhores estratégias a serem utilizadas para o enfrentamento da epidemia em diferentes partes do mundo. (WERNECK, CARVALHO 2020).

O novo coronavírus impôs a todos a necessidade de realizar mudanças radicais para conter a transmissão do vírus, proteger a população e defender a vida. No Brasil, os

desafios são ainda maiores, pois pouco se sabe sobre as características de transmissão da COVID-19 num contexto de grande desigualdade social, com populações vivendo em condições precárias de habitação e saneamento, sem acesso sistemático à água e em situação de aglomeração (WERNECK, CARVALHO 2020). Os impactos sociais, econômicos, políticos e culturais foram exacerbados pela pandemia, se agravaram diante da omissão do Estado neoliberal na garantia da proteção social aos cidadãos. No vazio do descaso do Estado com os problemas populares, vão-se configurando iniciativas de busca de soluções técnicas construídas a partir do diálogo entre o saber popular e o saber acadêmico (BRASIL, 2007). A exacerbação desses impactos provocados pela pandemia está relacionada as medidas sanitárias severas que são necessárias para conter o novo coronavírus como distanciamento social, lockdown, restrição de viagens e fechamento provisório de escolas, instituições de ensino superior (IES) e comércios. Muito preocupante são os impactos negativos na economia provocando instabilidade no sistema financeiro e aumentando o número de desempregos.

A crise sanitária sem precedentes impacta fortemente na educação de um modo geral nas instituições de ensino. Mais de 1,3 bilhão de alunos estão sendo afetados com o fechamento de escolas e universidades (80% da população infantil mundial) e mais de 60 milhões de docentes não podem trabalhar presencialmente em salas de aula (UNESCO, 2021). Uma nova forma de ensino é necessária desenvolver para a implantação e inovação em metodologias de aprendizagem virtual. Alguns obstáculos se apresentam: o lento desenvolvimento e ampliação do ensino digital, ausência de regulamentação para garantir a conformidade desse ensino e a falta de formação, capacitação e interesse de alguns docentes e discentes com o novo modelo. Apesar dos obstáculos eles precisam ser superados, pois a educação é uma ferramenta essencial para vencer a crise em todos os seus aspectos provocados pela pandemia seja a crise sanitária, a econômica, a social, a cultural. a crise (SOUZA NETO, 2021).

O movimento SUS nas RUAS Liderados pela ANEPES impulsiona os educadores populares formados em 2017 e 2018 no Estado da Bahia ao aprimoramento constante dos projetos pedagógicos e a infraestrutura adequada para que os alunos sejam protagonistas de seu próprio aprendizado e desenvolvimento. Convida os conselhos municipais, sindicatos, universidade a estabelecer as parcerias que deram início em dezembro de 2020 as experiências de inovação tecnológica em educação e saúde relatadas nesse trabalho com o título MOVIMENTO “O SUS NAS RUAS” NA BAHIA NO CONTROLE

SOCIAL NA PANDEMIA DA COVID 19. Juntos propõem metodologias ativas de ensino não presenciais fundamentado no educador Paulo Freire. Os princípios político-pedagógicos da Educação Popular são tomados como ferramentas de agenciamento para participação em defesa da vida e como estratégias para a mobilização social pelo direito à saúde. O papel agenciador da Educação Popular se faz pelo pinçar e fomentar atitudes de participação no sentido de sempre mudar realidades, tornando-as vivas, criativas e correspondentes ao desejo de uma vida mais feliz. A Educação Popular em Saúde, ao mobilizar autonomias individuais e coletivas, abre a alteridade entre indivíduos e movimentos na luta por direitos, contribuindo para a ampliação do significado dos direitos de cidadania e instituindo o crescimento e a mudança na vida cotidiana das pessoas (BRASIL 2007).

O principal problema que motivou a elaboração do projeto de inovação tecnológica em saúde foi o contexto da pandemia pela COVID 19 que atingiu o mundo inteiro a partir de março de 2020 e tem se constituído como desafios sanitários em escala global deste século, sem precedentes nos tempos modernos, considerando o pouco conhecimento científico sobre o novo coronavírus. O insuficiente conhecimento científico sobre o novo coronavírus, sua alta velocidade de disseminação e capacidade de provocar mortes em populações vulneráveis, geram incertezas sobre quais seriam as melhores estratégias a serem utilizadas para o enfrentamento da epidemia em diferentes partes do mundo. (WERNECK, CARVALHO 2020).

O novo coronavírus impôs a todos a necessidade de realizar mudanças radicais para conter a transmissão do vírus, proteger a população e defender a vida. No Brasil, os desafios são ainda maiores, pois pouco se sabe sobre as características de transmissão da COVID-19 num contexto de grande desigualdade social, com populações vivendo em condições precárias de habitação e saneamento, sem acesso sistemático à água e em situação de aglomeração (WERNECK, CARVALHO 2020). Os impactos sociais, econômicos, políticos e culturais foram exacerbados pela pandemia, se agravaram diante da omissão do Estado neoliberal na garantia da proteção social aos cidadãos. No vazio do descaso do Estado com os problemas populares, vão-se configurando iniciativas de busca de soluções técnicas construídas a partir do diálogo entre o saber popular e o saber acadêmico (BRASIL, 2007). A exacerbação desses impactos provocados pela pandemia está relacionada as medidas sanitárias severas que são necessárias para conter o novo coronavírus como distanciamento social, lockdown, restrição de viagens e fechamento

provisório de escolas, instituições de ensino superior (IES) e comércios. Muito preocupante são os impactos negativos na economia provocando instabilidade no sistema financeiro e aumentando o número de desempregos.

A crise sanitária sem precedentes impacta fortemente na educação de um modo geral nas instituições de ensino. Mais de 1,3 bilhão de alunos estão sendo afetados com o fechamento de escolas e universidades (80% da população infantil mundial) e mais de 60 milhões de docentes não podem trabalhar presencialmente em salas de aula (UNESCO, 2021). Uma nova forma de ensino é necessária desenvolver para a implantação e inovação em metodologias de aprendizagem virtual. Alguns obstáculos se apresentam: o lento desenvolvimento e ampliação do ensino digital, ausência de regulamentação para garantir a conformidade desse ensino e a falta de formação, capacitação e interesse de alguns docentes e discentes com o novo modelo. Apesar dos obstáculos eles precisam ser superados, pois a educação é uma ferramenta essencial para vencer a crise em todos os seus aspectos provocados pela pandemia seja a crise sanitária, a econômica, a social, a cultural.sa crise (SOUZA NETO, 2021).

O movimento SUS nas RUAS Liderados pela ANEPES impulsiona os educadores populares formados em 2017 e 2018 no Estado da Bahia ao aprimoramento constante dos projetos pedagógicos e a infraestrutura adequada para que os alunos sejam protagonistas de seu próprio aprendizado e desenvolvimento. Convida os conselhos municipais, sindicatos, universidade a estabelecer as parcerias que deram início em dezembro de 2020 as experiências de inovação tecnológica em educação e saúde relatadas nesse trabalho com o título MOVIMENTO “O SUS NAS RUAS” NA BAHIA NO CONTROLE SOCIAL NA PANDEMIA DA COVID 19. Juntos propõem metodologias ativas de ensino não presenciais fundamentado no educador Paulo Freire. Os princípios político-pedagógicos da Educação Popular são tomados como ferramentas de agenciamento para participação em defesa da vida e como estratégias para a mobilização social pelo direito à saúde. O papel agenciador da Educação Popular se faz pelo pinçar e fomentar atitudes de participação no sentido de sempre mudar realidades, tornando-as vivas, criativas e correspondentes ao desejo de uma vida mais feliz. A Educação Popular em Saúde, ao mobilizar autonomias individuais e coletivas, abre a alteridade entre indivíduos e movimentos na luta por direitos, contribuindo para a ampliação do significado dos direitos de cidadania e instituindo o crescimento e a mudança na vida cotidiana das pessoas (BRASIL 2007).

O principal problema que motivou a elaboração do projeto de inovação tecnológica em saúde foi o contexto da pandemia pela COVID 19 que atingiu o mundo inteiro a partir de março de 2020 e tem se constituído como desafios sanitários em escala global deste século, sem precedentes nos tempos modernos, considerando o pouco conhecimento científico sobre o novo coronavírus. O insuficiente conhecimento científico sobre o novo coronavírus, sua alta velocidade de disseminação e capacidade de provocar mortes em populações vulneráveis, geram incertezas sobre quais seriam as melhores estratégias a serem utilizadas para o enfrentamento da epidemia em diferentes partes do mundo. (WERNECK, CARVALHO 2020).

O novo coronavírus impôs a todos a necessidade de realizar mudanças radicais para conter a transmissão do vírus, proteger a população e defender a vida. No Brasil, os desafios são ainda maiores, pois pouco se sabe sobre as características de transmissão da COVID-19 num contexto de grande desigualdade social, com populações vivendo em condições precárias de habitação e saneamento, sem acesso sistemático à água e em situação de aglomeração (WERNECK, CARVALHO 2020). Os impactos sociais, econômicos, políticos e culturais foram exacerbados pela pandemia, se agravaram diante da omissão do Estado neoliberal na garantia da proteção social aos cidadãos. No vazio do descaso do Estado com os problemas populares, vão-se configurando iniciativas de busca de soluções técnicas construídas a partir do diálogo entre o saber popular e o saber acadêmico (BRASIL, 2007). A exacerbação desses impactos provocados pela pandemia está relacionada as medidas sanitárias severas que são necessárias para conter o novo coronavírus como distanciamento social, lockdown, restrição de viagens e fechamento provisório de escolas, instituições de ensino superior (IES) e comércios. Muito preocupante são os impactos negativos na economia provocando instabilidade no sistema financeiro e aumentando o número de desempregos.

A crise sanitária sem precedentes impacta fortemente na educação de um modo geral nas instituições de ensino. Mais de 1,3 bilhão de alunos estão sendo afetados com o fechamento de escolas e universidades (80% da população infantil mundial) e mais de 60 milhões de docentes não podem trabalhar presencialmente em salas de aula (UNESCO, 2021). Uma nova forma de ensino é necessária desenvolver para a implantação e inovação em metodologias de aprendizagem virtual. Alguns obstáculos se apresentam: o lento desenvolvimento e ampliação do ensino digital, ausência de regulamentação para garantir a conformidade desse ensino e a falta de formação, capacitação e interesse de alguns

docentes e discentes com o novo modelo. Apesar dos obstáculos eles precisam ser superados, pois a educação é uma ferramenta essencial para vencer a crise em todos os seus aspectos provocados pela pandemia seja a crise sanitária, a econômica, a social, a cultural. a crise (SOUZA NETO, 2021).

O movimento SUS nas RUAS Liderados pela ANEPES impulsiona os educadores populares formados em 2017 e 2018 no Estado da Bahia ao aprimoramento constante dos projetos pedagógicos e a infraestrutura adequada para que os alunos sejam protagonistas de seu próprio aprendizado e desenvolvimento. Convida os conselhos municipais, sindicatos, universidade a estabelecer as parcerias que deram início em dezembro de 2020 as experiências de inovação tecnológica em educação e saúde relatadas nesse trabalho com o título MOVIMENTO “O SUS NAS RUAS” NA BAHIA NO CONTROLE SOCIAL NA PANDEMIA DA COVID 19. Juntos propõem metodologias ativas de ensino não presenciais fundamentado no educador Paulo Freire. Os princípios político-pedagógicos da Educação Popular são tomados como ferramentas de agenciamento para participação em defesa da vida e como estratégias para a mobilização social pelo direito à saúde. O papel agenciador da Educação Popular se faz pelo pinçar e fomentar atitudes de participação no sentido de sempre mudar realidades, tornando-as vivas, criativas e correspondentes ao desejo de uma vida mais feliz. A Educação Popular em Saúde, ao mobilizar autonomias individuais e coletivas, abre a alteridade entre indivíduos e movimentos na luta por direitos, contribuindo para a ampliação do significado dos direitos de cidadania e instituindo o crescimento e a mudança na vida cotidiana das pessoas (BRASIL 2007).

O principal problema que motivou a elaboração do projeto de inovação tecnológica em saúde foi o contexto da pandemia pela COVID 19 que atingiu o mundo inteiro a partir de março de 2020 e tem se constituído como desafios sanitários em escala global deste século, sem precedentes nos tempos modernos, considerando o pouco conhecimento científico sobre o novo coronavírus O insuficiente conhecimento científico sobre o novo coronavírus, sua alta velocidade de disseminação e capacidade de provocar mortes em populações vulneráveis, geram incertezas sobre quais seriam as melhores estratégias a serem utilizadas para o enfrentamento da epidemia em diferentes partes do mundo. (WERNECK, CARVALHO 2020).

O novo coronavírus impôs a todos a necessidade de realizar mudanças radicais para conter a transmissão do vírus, proteger a população e defender a vida. No Brasil, os

desafios são ainda maiores, pois pouco se sabe sobre as características de transmissão da COVID-19 num contexto de grande desigualdade social, com populações vivendo em condições precárias de habitação e saneamento, sem acesso sistemático à água e em situação de aglomeração (WERNECK, CARVALHO 2020). Os impactos sociais, econômicos, políticos e culturais foram exacerbados pela pandemia, se agravaram diante da omissão do Estado neoliberal na garantia da proteção social aos cidadãos. No vazio do descaso do Estado com os problemas populares, vão-se configurando iniciativas de busca de soluções técnicas construídas a partir do diálogo entre o saber popular e o saber acadêmico (BRASIL, 2007). A exacerbação desses impactos provocados pela pandemia está relacionada as medidas sanitárias severas que são necessárias para conter o novo coronavírus como distanciamento social, lockdown, restrição de viagens e fechamento provisório de escolas, instituições de ensino superior (IES) e comércios. Muito preocupante são os impactos negativos na economia provocando instabilidade no sistema financeiro e aumentando o número de desempregos.

A crise sanitária sem precedentes impacta fortemente na educação de um modo geral nas instituições de ensino. Mais de 1,3 bilhão de alunos estão sendo afetados com o fechamento de escolas e universidades (80% da população infantil mundial) e mais de 60 milhões de docentes não podem trabalhar presencialmente em salas de aula (UNESCO, 2021). Uma nova forma de ensino é necessária desenvolver para a implantação e inovação em metodologias de aprendizagem virtual. Alguns obstáculos se apresentam: o lento desenvolvimento e ampliação do ensino digital, ausência de regulamentação para garantir a conformidade desse ensino e a falta de formação, capacitação e interesse de alguns docentes e discentes com o novo modelo. Apesar dos obstáculos eles precisam ser superados, pois a educação é uma ferramenta essencial para vencer a crise em todos os seus aspectos provocados pela pandemia seja a crise sanitária, a econômica, a social, a cultural.sa crise (SOUZA NETO, 2021).

O movimento SUS nas RUAS Liderados pela ANEPES impulsiona os educadores populares formados em 2017 e 2018 no Estado da Bahia ao aprimoramento constante dos projetos pedagógicos e a infraestrutura adequada para que os alunos sejam protagonistas de seu próprio aprendizado e desenvolvimento. Convida os conselhos municipais, sindicatos, universidade a estabelecer as parcerias que deram início em dezembro de 2020 as experiências de inovação tecnológica em educação e saúde relatadas nesse trabalho com o título MOVIMENTO “O SUS NAS RUAS” NA BAHIA NO CONTROLE

SOCIAL NA PANDEMIA DA COVID 19. Juntos propõem metodologias ativas de ensino não presenciais fundamentado no educador Paulo Freire. Os princípios político-pedagógicos da Educação Popular são tomados como ferramentas de agenciamento para participação em defesa da vida e como estratégias para a mobilização social pelo direito à saúde. O papel agenciador da Educação Popular se faz pelo pinçar e fomentar atitudes de participação no sentido de sempre mudar realidades, tornando-as vivas, criativas e correspondentes ao desejo de uma vida mais feliz. A Educação Popular em Saúde, ao mobilizar autonomias individuais e coletivas, abre a alteridade entre indivíduos e movimentos na luta por direitos, contribuindo para a ampliação do significado dos direitos de cidadania e instituindo o crescimento e a mudança na vida cotidiana das pessoas (BRASIL 2007).

O principal problema que motivou a elaboração do projeto de inovação tecnológica em saúde foi o contexto da pandemia pela COVID 19 que atingiu o mundo inteiro a partir de março de 2020 e tem se constituído como desafios sanitários em escala global deste século, sem precedentes nos tempos modernos, considerando o pouco conhecimento científico sobre o novo coronavírus. O insuficiente conhecimento científico sobre o novo coronavírus, sua alta velocidade de disseminação e capacidade de provocar mortes em populações vulneráveis, geram incertezas sobre quais seriam as melhores estratégias a serem utilizadas para o enfrentamento da epidemia em diferentes partes do mundo. (WERNECK, CARVALHO 2020).

O novo coronavírus impôs a todos a necessidade de realizar mudanças radicais para conter a transmissão do vírus, proteger a população e defender a vida. No Brasil, os desafios são ainda maiores, pois pouco se sabe sobre as características de transmissão da COVID-19 num contexto de grande desigualdade social, com populações vivendo em condições precárias de habitação e saneamento, sem acesso sistemático à água e em situação de aglomeração (WERNECK, CARVALHO 2020). Os impactos sociais, econômicos, políticos e culturais foram exacerbados pela pandemia, se agravaram diante da omissão do Estado neoliberal na garantia da proteção social aos cidadãos. No vazio do descaso do Estado com os problemas populares, vão-se configurando iniciativas de busca de soluções técnicas construídas a partir do diálogo entre o saber popular e o saber acadêmico (BRASIL, 2007). A exacerbação desses impactos provocados pela pandemia está relacionada as medidas sanitárias severas que são necessárias para conter o novo coronavírus como distanciamento social, lockdown, restrição de viagens e fechamento

provisório de escolas, instituições de ensino superior (IES) e comércios. Muito preocupante são os impactos negativos na economia provocando instabilidade no sistema financeiro e aumentando o número de desempregos.

A crise sanitária sem precedentes impacta fortemente na educação de um modo geral nas instituições de ensino. Mais de 1,3 bilhão de alunos estão sendo afetados com o fechamento de escolas e universidades (80% da população infantil mundial) e mais de 60 milhões de docentes não podem trabalhar presencialmente em salas de aula (UNESCO, 2021). Uma nova forma de ensino é necessária desenvolver para a implantação e inovação em metodologias de aprendizagem virtual. Alguns obstáculos se apresentam: o lento desenvolvimento e ampliação do ensino digital, ausência de regulamentação para garantir a conformidade desse ensino e a falta de formação, capacitação e interesse de alguns docentes e discentes com o novo modelo. Apesar dos obstáculos eles precisam ser superados, pois a educação é uma ferramenta essencial para vencer a crise em todos os seus aspectos provocados pela pandemia seja a crise sanitária, a econômica, a social, a cultural. a crise (SOUZA NETO, 2021).

O movimento SUS nas RUAS Liderados pela ANEPES impulsiona os educadores populares formados em 2017 e 2018 no Estado da Bahia ao aprimoramento constante dos projetos pedagógicos e a infraestrutura adequada para que os alunos sejam protagonistas de seu próprio aprendizado e desenvolvimento. Convida os conselhos municipais, sindicatos, universidade a estabelecer as parcerias que deram início em dezembro de 2020 as experiências de inovação tecnológica em educação e saúde relatadas nesse trabalho com o título MOVIMENTO “O SUS NAS RUAS” NA BAHIA NO CONTROLE SOCIAL NA PANDEMIA DA COVID 19. Juntos propõem metodologias ativas de ensino não presenciais fundamentado no educador Paulo Freire. Os princípios político-pedagógicos da Educação Popular são tomados como ferramentas de agenciamento para participação em defesa da vida e como estratégias para a mobilização social pelo direito à saúde. O papel agenciador da Educação Popular se faz pelo pinçar e fomentar atitudes de participação no sentido de sempre mudar realidades, tornando-as vivas, criativas e correspondentes ao desejo de uma vida mais feliz. A Educação Popular em Saúde, ao mobilizar autonomias individuais e coletivas, abre a alteridade entre indivíduos e movimentos na luta por direitos, contribuindo para a ampliação do significado dos direitos de cidadania e instituindo o crescimento e a mudança na vida cotidiana das pessoas (BRASIL 2007).

O principal problema que motivou a elaboração do projeto de inovação tecnológica em saúde foi o contexto da pandemia pela COVID 19 que atingiu o mundo inteiro a partir de março de 2020 e tem se constituído como desafios sanitários em escala global deste século, sem precedentes nos tempos modernos, considerando o pouco conhecimento científico sobre o novo coronavírus. O insuficiente conhecimento científico sobre o novo coronavírus, sua alta velocidade de disseminação e capacidade de provocar mortes em populações vulneráveis, geram incertezas sobre quais seriam as melhores estratégias a serem utilizadas para o enfrentamento da epidemia em diferentes partes do mundo. (WERNECK, CARVALHO 2020).

O novo coronavírus impôs a todos a necessidade de realizar mudanças radicais para conter a transmissão do vírus, proteger a população e defender a vida. No Brasil, os desafios são ainda maiores, pois pouco se sabe sobre as características de transmissão da COVID-19 num contexto de grande desigualdade social, com populações vivendo em condições precárias de habitação e saneamento, sem acesso sistemático à água e em situação de aglomeração (WERNECK, CARVALHO 2020). Os impactos sociais, econômicos, políticos e culturais foram exacerbados pela pandemia, se agravaram diante da omissão do Estado neoliberal na garantia da proteção social aos cidadãos. No vazio do descaso do Estado com os problemas populares, vão-se configurando iniciativas de busca de soluções técnicas construídas a partir do diálogo entre o saber popular e o saber acadêmico (BRASIL, 2007). A exacerbação desses impactos provocados pela pandemia está relacionada as medidas sanitárias severas que são necessárias para conter o novo coronavírus como distanciamento social, lockdown, restrição de viagens e fechamento provisório de escolas, instituições de ensino superior (IES) e comércios. Muito preocupante são os impactos negativos na economia provocando instabilidade no sistema financeiro e aumentando o número de desempregos.

A crise sanitária sem precedentes impacta fortemente na educação de um modo geral nas instituições de ensino. Mais de 1,3 bilhão de alunos estão sendo afetados com o fechamento de escolas e universidades (80% da população infantil mundial) e mais de 60 milhões de docentes não podem trabalhar presencialmente em salas de aula (UNESCO, 2021). Uma nova forma de ensino é necessária desenvolver para a implantação e inovação em metodologias de aprendizagem virtual. Alguns obstáculos se apresentam: o lento desenvolvimento e ampliação do ensino digital, ausência de regulamentação para garantir a conformidade desse ensino e a falta de formação, capacitação e interesse de alguns

docentes e discentes com o novo modelo. Apesar dos obstáculos eles precisam ser superados, pois a educação é uma ferramenta essencial para vencer a crise em todos os seus aspectos provocados pela pandemia seja a crise sanitária, a econômica, a social, a cultural. a crise (SOUZA NETO, 2021).

O movimento SUS nas RUAS Liderados pela ANEPES impulsiona os educadores populares formados em 2017 e 2018 no Estado da Bahia ao aprimoramento constante dos projetos pedagógicos e a infraestrutura adequada para que os alunos sejam protagonistas de seu próprio aprendizado e desenvolvimento. Convida os conselhos municipais, sindicatos, universidade a estabelecer as parcerias que deram início em dezembro de 2020 as experiências de inovação tecnológica em educação e saúde relatadas nesse trabalho com o título MOVIMENTO “O SUS NAS RUAS” NA BAHIA NO CONTROLE SOCIAL NA PANDEMIA DA COVID 19. Juntos propõem metodologias ativas de ensino não presenciais fundamentado no educador Paulo Freire. Os princípios político-pedagógicos da Educação Popular são tomados como ferramentas de agenciamento para participação em defesa da vida e como estratégias para a mobilização social pelo direito à saúde. O papel agenciador da Educação Popular se faz pelo pinçar e fomentar atitudes de participação no sentido de sempre mudar realidades, tornando-as vivas, criativas e correspondentes ao desejo de uma vida mais feliz. A Educação Popular em Saúde, ao mobilizar autonomias individuais e coletivas, abre a alteridade entre indivíduos e movimentos na luta por direitos, contribuindo para a ampliação do significado dos direitos de cidadania e instituindo o crescimento e a mudança na vida cotidiana das pessoas (BRASIL 2007).

Objetivo

Fortalecer a experiência do movimento SUS NAS RUAS e ANEPS-BA na pandemia da COVID 19 para desenvolver o controle social com a educação popular e implantar o laboratório de práticas integrativas e complementares em saúde para o cuidado integral (autocuidado), no formato telessaúde (on line), com adesão a Política Nacional de Práticas Integrativas Complementares em Saúde (PICS)

Objetivos Específicos

Construir espaços de diálogos para fortalecer o controle social entre os campos multi/inter/transdisciplinares, culturais, históricos e sociais utilizando as ferramentas para atividades não presenciais (webinar, live, podcast, ticktock, videoposter, games, hybrid learning etc) para melhoria da qualidade de vida e produção de saúde na pandemia da COVID 19

Desenvolver noções e habilidades básicas nas práticas integrativas e complementares em saúde: reflexologia, aromaterapia e fitoterapia com ervas aromáticas e medicinais e imposição de mãos.

Realizar o acolhimento com escuta sensível e qualificada das necessidades de saúde da população na pandemia do novo CORONA VÍRUS e classificação de riscos da COVID19 para a regulação de fluxos e humanização no programa SUS nas Ruas;

Aplicar as práticas integrativas e complementares em si mesmo (autocuidado) e no outro com quem reside (parentes e amigos de convivência) e que vivenciam o estresse, a dor e o sofrimento consequente ao adoecimento por doenças transmissíveis e não transmissíveis, agravos à saúde e luto por perdas pela COVID 19, entre outras;

Metodologia

Trata-se das experiências de inovação tecnológica de educação popular em saúde impulsionado pelo movimento “O SUS NAS RUAS” para o controle social na pandemia da COVID 19, que ocorreu na Bahia, no período de agosto de 2020 a maio 2021, data em que se encerrou o prazo para submissão ao edital da OPAS. O projeto continua em desenvolvimento estando na fase de finalização com avaliação do primeiro semestre de 2021 e já iniciando o planejamento para o segundo semestre do ano corrente. Com a liderança do Conselho Nacional da Articulação Nacional dos Movimentos e Práticas de Educação Popular e Saúde (ANEPS), iniciativa foi dos(as) egressas das turmas do curso de Aperfeiçoamento em Educação Popular em Saúde, realizada em Salvador, nos anos de 2017 e 2018.

Utiliza-se de metodologias ativas são técnicas, estruturas, recursos, sistemas ou abordagens cujo objetivo é incentivar seus estudantes a aprender de forma mais autônoma. A proposta busca colocar o estudante no centro do processo de aprendizagem,

participando ativamente e sendo responsável pela construção do conhecimento. Para cumprir com tal premissa, esses métodos utilizam atividades que envolvem colaboração, problemas reais, diversão, empatia, pensamento crítico e, em vários casos, tecnologia para engajar cada aluno da sala de aula (BR.INO-robótica educacional, 2020).

Vale ressaltar que essas práticas não são essencialmente novas. Publicações defendem o primeiro indício dos métodos ativos encontra-se na obra Emílio de Jean Jacques Rousseau (1712-1778), tido como o primeiro tratado sobre filosofia e educação do mundo ocidental e na qual a experiência assume destaque em detrimento da teoria. Além disso, diversos processos de ensino e de aprendizagem são pautados na aprendizagem pela interação social, preconizada por Lev Vygotsky (1896-934), na aprendizagem pela experiência (Dewey, 1978), a aprendizagem significativa de David Ausubel (1918-2008) e levando em consideração a perspectiva freiriana da autonomia (BR.INO-robótica educacional, 2020).

A educação popular em saúde é adotada a metodologia ativa na perspectiva freiriana que consiste em linhas gerais o aprender fazendo que defende a educação como um processo de reconstrução e reorganização das experiências adquiridas, e para tal é necessária a inserção do aluno nos problemas a serem abordados deixando espaço para que ele, individualmente ou em grupo, possa passar por pelos passos da construção do conhecimento: Agir (experiência concreta); Refletir (observação reflexiva); Conceitualizar (conceitualização abstrata).

A escolha pela educação popular de Paulo Freire faz adesão a Política Nacional de Educação Popular em Saúde instituída para o SUS pelo Ministério da Saúde pela portaria PORTARIA Nº 2.761, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2013. No sexto artigo são apresentados os objetivos da PNEPS-SUS com 10 itens. Em linhas gerais impulsionam os movimentos voltados para a promoção da participação social no processo de formulação e gestão das políticas públicas de saúde direcionando-as para o cumprimento efetivo das diretrizes e dos princípios do SUS: universalidade, integralidade, equidade, descentralização, participação e controle social; contribui para a construção de cenários nos quais os movimentos populares possam se fazer presentes, apresentando novas temáticas, experiências e desejos; ao colocar-se como referência no campo de práticas dos profissionais de saúde, a Educação Popular contribui para a formação de profissionais comprometidos com as questões sociais, não somente pela mudança de atitudes e comportamentos, mas, principalmente, pelo engajamento ativo nas lutas por direitos e

comprometimentos com posturas acolhedoras e de construção da autonomia das pessoas e dos grupos sociais (BRASIL 2007)

A educação popular favorece o fortalecimento da gestão participativa no SUS envolve ações de comunicação e de informação em saúde como potência para desencadear a mobilização social; fundamentar o relacionamento com o Ministério Público e com o Poder Legislativo no que tange à saúde e possibilitar a criação e/ou consolidação de instrumentos para a ação participativa dos movimentos sociais e entidades da sociedade civil. Para consolidar a participação social no SUS, a formulação da política de saúde deve emergir dos espaços das rodas de discussão onde acontecem aproximações entre a construção da gestão descentralizada; o desenvolvimento da atenção integral à saúde, entendida como acolhida e responsabilidade do conjunto integrado do sistema de saúde; e o fortalecimento do controle social (BRASIL, 2007)

Na busca de soluções técnicas construídas a partir do diálogo entre o saber popular e o saber acadêmico foi estabelecida uma parceira da Articulação Nacional dos Movimentos e Práticas de Educação Popular e Saúde (ANEPS-Nacional) com a Universidade Federal da Bahia que possibilitou a integração da ANEPS no ensino de graduação e na extensão universitária e juntos foram desenvolvidas atividades curriculares em comunidade com a finalidade de estabelecer a interface da educação popular com as práticas integrativas e complementares em saúde.

No ensino a disciplina tem o código ENFB035 e a sigla CUIDADOTECA que incorpora a tese do corpo próprio como consciência e as práticas integrativas e complementares em Saúde. Possui como ementa: Noções gerais sobre a Política de Humanização do SUS relacionado as diretrizes do acolhimento com escuta sensível e qualificada e a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde, regulada pela Portaria nº 702, de 21 de março de 2018 do Ministério da Saúde, com vista ao desenvolvimento de uma inovação tecnológica de processo fundamentado no cuidado transdisciplinar e a fenomenologia de Merleau-Ponty do corpo próprio como experiência vivencial na intencionalidade do EU SOU. Inclui também a Política Nacional de Educação Popular em Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (PNEPS-SUS). Conhecimento da morfologia dos Sentidos Orgânicos – tato, visão, audição, olfato, paladar. Desenvolvimento de noções e habilidades básicas em práticas integrativas e complementares de saúde (reflexologia, aromaterapia, e ervas medicinais. Distinção das racionalidades de saúde e saberes socioculturais e populares do cuidado disciplinar,

interdisciplinar e transdisciplinar. Organização do Laboratório de Habilidades em Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (LHAPICS) para o atendimento à comunidade interna (estudantes universitários de graduação/pós-graduação, docentes e técnico-administrativos) e atuação na comunidade externa (pessoas com média e alta vulnerabilidade) a Universidade Federal da Bahia.

Nessa disciplina foi incluída a participação do Conselho Municipal de Saúde de Ibitipanga que contribui com a experiência das práticas integrativas e complementares em saúde relacionada a reflexologia podal; também participa a Secretaria dos Direitos da Cidadania e Proteção Social de Carinhanha.

Na extensão universitária foi aprovada a proposta de Educação Popular e as Práticas integrativas e complementares em Saúde, registrada no Sistema de Registro e Acompanhamento de Atividades de Extensão – SIATEX, da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal da Bahia (PROEXT-UFBA). A proposta está articulada com a disciplina ENFB 035 Cuidado transdisciplinar do corpo como consciência e as práticas integrativas e complementares, que é uma atividade curricular em comunidade que na pandemia pela COVID 19, que reconhece a necessidade de estabelecer uma cooperação técnico-científica com a Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular em Saúde (ANEPS), como espaço de escuta das necessidades, de formação de agentes sociais para a gestão das políticas públicas, de organização, de comunicação entre os movimentos e de mobilização popular. Objetiva fortalecer as Práticas Integrativas e Complementares de Saúde no SUS. Utiliza a metodologia da educação popular, que tem a característica de práxis, no sentido de um "fazer pensado". Desenvolverá ações educativas em grupo e individual pela dinâmica dos sentidos, acolhimento com escuta sensível e qualificada com avaliação de risco de adoecer e morrer, meditação, roda de conversa, seminários, cursos, na modalidade de ensino remoto a distância.

Nessa parceria com o ensino e a extensão todas as atividades foram desenvolvidas de forma não presencial no formato on-line utilizando o google meet. As gravações ao vivo e as relatorias feitas após cada evento permitiram o resgate da memória e dos registros da experiência. Cada evento está detalhado no item como cada experiência foi realizada.

Estratégias

Foram confeccionados cartazes eletrônicos disponibilizado nas redes sociais (instagram, facebook). Também foi formado grupos no Telegram e Whats app. As inscrições foram realizadas utilizando o google form. Entrevistas na Rádio Excelsior da Bahia e na Rádio Carrapato no Ceará foram realizadas

Resultados Alcançados

O período da experiência que se iniciou em agosto de 2020 até a presente data de maio de 2021, último dia para a submissão nesse edital conta com 09 meses de existência, encontra-se em desenvolvimento e justifica-se os objetivos estarem parcialmente concluídos. Utilizando as plataformas Zoom e Google Meet foram construídos os espaços de diálogos para fortalecer o controle social entre os campos multi/inter/transdisciplinares, culturais, históricos e sociais utilizando as ferramentas para atividades não presenciais (webinar, live, podcast, ticktock, videoposter, games, hybrid learning etc) para melhoria da qualidade de vida e produção de saúde na pandemia da COVID 19. Em ordem cronológica são apresentados a seguir:

07/08/2020 - Colóquio sobre CUIDADOS EM SAÚDE NA BAHIA COM AS PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM TEMPO DE PANDEMIA

22/08/2020 - Conferência sobre TANATOLOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: o morrer e a morte

19/09/2020 - Roda de conversa sobre PESSOAS IDOSAS EM TEMPO DE PANDEMIAS

03/10/2020 - Colóquio sobre RECONSTRUINDO OLHARES SOBRE O CUIDADO DAS PESSOAS COM DOENÇA FALCIFORME NA PANDEMIA DA COVID 19

11/12/2020 - I ENCONTRO DE EDUCAÇÃO POPULAR EM PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAÚDE - no formato de seminário que celebrou a parceria com a Universidade Federal da Bahia emitidos certificados para os organizadores, palestrantes e participantes pela Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal da Bahia

20 e 21/04/2021 - II ENCONTRO DE EDUCAÇÃO POPULAR EM PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAÚDE: com a temática da prática integrativa e complementar da aromaterapia, no formato de oficina com carga horária de 08 horas, emitidos certificados para os organizadores, palestrantes e participantes pela Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal da Bahia

15 a 25/05/2021 - III ENCONTRO DE EDUCAÇÃO POPULAR EM PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAÚDE: com a temática da prática integrativa e complementar da reflexologia podal no formato de oficina com carga horária de 08 horas, emitidos certificados para os organizadores, palestrantes e participantes pela Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal da Bahia.

No primeiro semestre de 2021 disciplina ENFB035 ACCS-CUIDADOTECA ofereceu 20 vagas para estudantes matriculados em seis curso da UFBA (enfermagem, medicina, farmácia, fisioterapia, fonoaudiologia, bacharelado interdisciplinar de saúde) e na programação das oficinas de práticas integrativas e complementares de saúde de aromaterapia e reflexologia podal foram oferecidas em cada oficina 60 vagas para a Articulação Nacional dos Movimentos e Práticas de Educação Popular e Saúde (ANEPS). Docentes, discentes e comunidade trocaram experiências sobre os saberes populares e científicos integrando em um espaço virtual o ensino e a extensão. Os registros da experiência estão nos relatórios e nas atas apresentados para emissão de certificados, preenchimentos de cadernetas para notas de estudantes e nos sites das redes sociais da ANEPS

Twitter da ANEPS Nacional

<https://twitter.com/AnepsN?s=09>

YouTube da ANEPS Nacional

<https://www.youtube.com/channel/UCvsH74j5mfa-PYbrWFRAihQ>

Instagram da ANEPS Nacional

<https://www.instagram.com/anepsnacional/>

Facebook da ANEPS Nacional

<https://m.facebook.com/ANEPS-Nacional-119825346534955/>

Considerações Finais

A experiência é inovadora porque inovador é o contexto da pandemia COVID 19 que o movimento SUS NAS RUAS vem fortalecer o desenvolvimento do controle social com a educação popular e sensibilizar docente, discentes e comunidade para no decorrer dessa parceria possa vir a implantar o laboratório de práticas integrativas e complementares em saúde para o cuidado integral (autocuidado), no formato telessaúde (on line), com adesão a Política Nacional de Práticas Integrativas Complementares em Saúde (PICS)